

VIDAS SECAS, DE GRACILIANO RAMOS: UMA CRÍTICA ÀS RELAÇÕES DE PODER E AO AUTORITARISMO

Ana Paula Teixeira Porto©

RESUMO®

Este trabalho centra-se na análise das relações de poder e autoritarismo que marcam o romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, publicado em 1938, procurando ressaltar o funcionamento de uma rede de poder, repressão e autoritarismo em diferentes estruturas que determinam o estabelecimento das relações sociais entre indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: autoritarismo, poder, romance.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, é construído em capítulos autônomos, mas que constituem uma unidade de sentido, e tematiza a migração de uma família de retirantes nordestinos em busca de uma vida melhor. Esta família, composta por Fabiano, sinha Vitória, seus dois filhos (o menino mais novo e o menino mais velho) e a cachorra Baleia, é um arquétipo da família brasileira de classe social baixa que sofre com o autoritarismo imposto pelo governo, através de suas autoridades locais.

Através dos relatos do narrador onisciente e em terceira pessoa, o qual narra objetivamente os fatos e os pensamentos dos personagens, observa-se que os protagonistas da obra absorvem a ideologia autoritária e repressiva do Estado, pois a reproduzem na educação dos filhos e no relacionamento entre si. Além disso, salienta-se que a família interioriza a repressão, caracterizada pela violência, achando-a natural.

A crítica às relações de poder e ao autoritarismo na sociedade brasileira

Desde as primeiras páginas do romance, por meio das ações dos personagens, é apresentada a crítica às relações de poder e ao autoritarismo na sociedade brasileira. O relato a seguir, que narra o "convite" do soldado

amarelo a Fabiano para um jogo, evidencia que uma autoridade, frente a um indivíduo excluído socialmente, tem supremacia e, então, "deve" ser respeitada e obedecida pelos que estão submetidos às suas ordens:

— Como é, camarada? Vamos jogar um trinta-e-um lá dentro?

Fabiano atentou na farda com respeito e gaguejou, procurando as palavras de seu Tomás da bolandeira:

— Isto é. Vamos e não vamos. Quer dizer. Enfim, contanto, etc. É conforme.

Levantou-se e caminhou atrás do soldado amarelo, que era autoridade e mandava. Fabiano sempre havia obedecido. Tinha muque e substância, mas pensava pouco, desejava pouco e obedecia. (Ramos, 1994:27)

Esta passagem comprova que Fabiano, apesar de não estar muito interessado no jogo, obedece ao soldado amarelo. O soldado, ao vestir uma farda, mostra-se superior, com maior poder que Fabiano, mas procura de certa forma disfarçar sua "superioridade", parecendo que está apenas convidando Fabiano para um jogo e não dando uma ordem. Desta forma, sua ordem, disfarçada de convite, é aceita naturalmente sem qualquer protesto de Fabiano.

Outro aspecto marcante das relações de poder e autoritarismo no romance é o fato de o soldado amarelo abusar de sua autoridade para reprimir algo indesejado. Aqui se torna evidente que a violência é um método utilizado para censurar, especialmente em períodos ditatoriais como o Estado Novo, época da publicação do romance. A cena narrada a seguir apresenta a falta de motivos justificáveis para a agressão a Fabiano, que acaba sendo dominado e reprimido física e moralmente pelo soldado amarelo:

Repetia que era natural quando alguém lhe deu um empurrão, atirou-o contra o jatobá.

(...) Outro empurrão desequilibrou-o. Voltou-se e viu ali perto o soldado amarelo, que o desafiava, a cara enferrujada, uma ruga na testa. (...)

— Vossemecê não tem o direito de provocar os que estão quietos.

— Desafasta, bradou o polícia.

E insultou Fabiano, porque ele tinha deixado a bodega sem se despedir. (Ramos, 1994:29)

Nesta passagem, o soldado representa os interesses ideológicos do governo autoritário e ditatorial, que se caracterizam pela repressão, pelo rígido controle da sociedade e por “medidas de segurança como forma de prevenção”. Para atingir estes objetivos, o Estado, através de seus representantes legais, age autoritariamente, utilizando até de violência e tortura, para a manutenção da ordem social, um de seus principais interesses. Nesta perspectiva, Segatto alerta para o fato de que “O Estado no Brasil, independentemente das formas e composições que assumiu nos diferentes momentos e períodos (Monarquia e República; imperial, oligárquico, corporativo, ditatorial etc.), tem ao longo da história uma característica essencial comum: de se impor autoritariamente sobre a sociedade civil.” (Schwartzmann, 1999:202). Pode-se destacar que esta imposição autoritária foi intensificada no regime ditatorial de Vargas, o Estado Novo, durante o período de 1937 a 1945 e fortemente retomada após o golpe de 64.

Os fragmentos a seguir ilustram a provocação do soldado amarelo a Fabiano, em que aquele pisa no pé do retirante até irritá-lo a ponto do nordestino xingar a mãe do soldado como forma de protesto pela agressão injustificada. Só que como o soldado foi “ofendido” verbalmente, chama um cabo para prender Fabiano e “fazer lombo” no seu “agressor”:

Fabiano caiu de joelhos, repetidamente uma lâmina de facão bateu-lhe no peito, outra nas costas. Em seguida abriram uma porta, deram-lhe um safanão que o arremessou para as trevas do cárcere. (Ramos, 1994:30)

Sem motivo nenhum, o desgraçado tinha ido provocá-lo, pisar-lhe o pé. Ele se desviara, com bons modos. Como o outro insistisse, perdera a paciência, tivera um rompante. Conseqüência: facão no lombo e uma noite na cadeia.” (Ramos, 1994:77)

A passagem ilustra um aspecto destacado por Pinheiro (1991:50), no qual o sociólogo afirma que os aparelhos repressivos do Estado são marcados por abuso de poder. Por ser uma autoridade que representa os ideais do governo, o soldado amarelo age indistintamente, recorrendo à violência, para a “manutenção da ordem”.

Antonio Candido, referindo-se ao papel da polícia francesa para, analogicamente, explicar o caso brasileiro, destaca que “a tarefa do policial deve ser executada implacavelmente, mas sem ferir demais a sensibilidade dos bem-postos na vida. Para isso, é preciso esconder tanto quanto possível os aspectos mais desagradáveis da investigação e da repressão.” (1972:114). Neste sentido, no romance o soldado, para justificar sua repressão, irrita Fabiano para que este proteste e, como Fabiano acaba agredindo verbalmente o soldado, há “motivo” para prendê-lo. Antonio Candido também alerta que o grande papel da polícia no meio burguês e constitucional é o de “disfarçar o arbítrio da vontade dos dirigentes por meio da legalidade.” (1972:113) Desta forma, se houvesse uma investigação sobre o caso, certamente, Fabiano seria punido por justa causa. Antonio Candido, ainda referindo-se ao papel da polícia, destaca que as medidas policiais servem somente aos interesses do Estado, sem importar-se com a situação dos indivíduos expostos à sua ação:

a polícia-justa de Kafka não tem necessidade de motivos, mas apenas de estímulos. E uma vez em funcionamento não pode mais parar, porque a sua finalidade é ela própria. Para isso, não hesita em tirar qualquer homem do seu trilho até liquidá-lo de todo, física ou moralmente. Não hesita em pô-lo (seja por que meio for) à margem da ação, ou da suspeita de ação, ou da vaga possibilidade de ação que o Estado quer reprimir, sem se importar se o indivíduo visado está envolvido nela. Em face da importância ganha pelo processo punitivo (...), a

materialidade da culpa perde sentido.
(1972:115)

Após ter sofrido tortura na cadeia, Fabiano reflete sobre a legalidade da agressão, chegando à conclusão de que “apanhar do governo não é desfeita”. Este posicionamento adotado por Fabiano evidencia que ele é submisso a ações autoritárias e repressivas do governo e, não tendo condições de contrariá-las, é levado a achá-las naturais. Diante desta realidade opressora, a Fabiano só resta aceitar a repressão e a violência imposta pelo Estado e, com isso, torna-se uma engrenagem que age, inconscientemente, a favor dos princípios governamentais:

Então porque um sem-vergonha desordeiro se arrelia, bota-se um cabra na cadeia, dá-se pancada nele? Sabia perfeitamente que era assim, acostumara-se a todas as violências, a todas as injustiças. E aos conhecidos que dormiam no tronco e agüentavam cipó de boi oferecia consolações: — “Tenha paciência. Apanhar do governo não é desfeita.(...) E, por mais que torjasse, não se convencia de que o soldado amarelo fosse governo. Governo, coisa distante e perdida, não podia errar. O soldado amarelo estava ali perto, além da grade, era fraco e ruim, jogava na esteira com os matutos e provocava-os depois. (Ramos, 1994:33-4)

Foucault (1979), analisando a estrutura das prisões e dos manicômios, aponta para a existência de macro e micropoderes na sociedade. Segundo o autor, o Estado, para manter o controle absoluto da sociedade, sem haver rebeldias, dissemina seus valores em todas as instituições, como a escola, a família, a universidade. Ao fazer isto, o Estado se protege de ações contrárias aos seus objetivos. Desta forma, se institui uma rede de poder em “forma piramidal”, em que diferentes elementos se articulam numa “relação de apoio e condicionamento recíprocos” (1979:221). Neste sentido, cria-se uma relação de macropoder, representado pelo Estado, e micropoder, representado pelas demais instituições da sociedade.

A tese de Foucault permite observar que Fabiano, um indivíduo localizado na base da pirâmide social, ao não reagir à ação autoritária do soldado amarelo que o leva para a cadeia

injustamente, estabelece um apoio, mesmo que inconsciente, ao sistema de governo. Nesta perspectiva, Fabiano é um “micropoder” que colabora para a manutenção do controle absoluto do Estado.

Em diálogo com a tese de Foucault, Pinheiro ressalta que as relações de poder não são somente praticadas pelos governos “porque elas não estão somente nos centros da cena política, mas estão também lá embaixo, lá longe nas extremidades, nos microcontextos, onde ocorrem as relações concretas entre as classes, os grupos sociais, seus interesses.” (1991:52). Neste sentido, pode-se salientar que a família é um microcontexto que adere aos métodos do Estado. No romance, sinha Vitória reproduz a atitude repressora do governo quando se encontra diante de algum problema. Na cena descrita a seguir, em que sinha Vitória agride fisicamente o filho porque não reconhece outra maneira de solucionar a dúvida do menino mais velho sobre o que é inferno, tem-se um exemplo de um “microcontexto” que se estrutura e age de acordo com os ideais e métodos implantados autoritariamente pelo Estado:

— Como é?

Sinha Vitória falou em espetos quentes e fogueiras.

— A senhora viu?

Aí a sinha Vitória se zangou, achou-o insolente e aplicou-lhe um cocorote.
(Ramos, 1994:54)

Neste sentido, em que um membro da família utiliza a violência para alcançar seu objetivo e solucionar seu problema, tem-se um exemplo de “pequenas autoridades” que “interiorizaram e adaptaram a microcontextos o padrão de opressão difundido pelo macropoder.” (Pinheiro, 1991:56). Nesta perspectiva, sinhá Vitória é uma “pequena autoridade” que naturaliza os métodos autoritários do Estado e os reproduz em microcontextos, neste caso, a família. Sinha Vitória, de acordo com a tese de Foucault, pode ser considerada um micropoder que assimila e difunde a ideologia do Estado.

No primeiro capítulo do livro, em que é narrado o início da viagem da família em busca de melhores condições de vida, tem-se uma indicação de que Fabiano também adere aos

métodos do Estado para a realização de seus objetivos. Ou seja, Fabiano usa a violência como meio de agressão física para que seja obedecido, comprovando que também é um micropoder que reproduz a ideologia do governo:

Os juazeiros aproximaram-se, recuaram, sumiram-se. O menino mais velho pôs-se a chorar, sentou-se no chão. (...)

— Anda, condenado do diabo, gritou-lhe o pai.

Não obtendo resultado, fustigou-o com a bainha da faca de ponta. Mas o pequeno esperneou acuado, depois sossegou, deitou-se, fechou os olhos. Fabiano deu ainda algumas pancadas e esperou que ele levantasse. Como isto não acontecesse, espiou os quatro canos, zangado, praguejando baixo. (Ramos, 1994:9)

Desta forma as relações de poder e autoritarismo são estabelecidas em todas as instituições da sociedade, não é somente um membro que as reproduz, mas todos os indivíduos que estão inseridos no contexto. Para Foucault, a rede de poder é uma “máquina”, em que cada um contribui para seu funcionamento, seja para impor sua força, seja para absorvê-la:

Não se tem neste caso uma força que seria inteiramente dada a alguém e que este alguém exerceria isoladamente, totalmente sobre os outros; é uma máquina que circunscreve todo o mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce. (...) Logicamente, nesta máquina ninguém ocupa o mesmo lugar; alguns são preponderantes e permitem produzir efeitos de supremacia. De modo que eles podem assegurar uma dominação de classe, na medida em que dissociam o poder do domínio individual. (1979:219)

Não só Fabiano, mas também o menino mais velho acabam assimilando a violência como forma de punição. A agressão se naturaliza, desde a infância, passando a ser aceita socialmente, sem o reconhecimento de sua ilegalidade. Dessa forma, a violência começa a legitimar-se em todos os membros dos “microcontextos”, o que reforça o poder e a

estrutura repressiva do regime: Achava as pancadas naturais quando as pessoas grandes se zangavam, penava até que a zanga delas era a causa única dos cascudos e puxavantes de orelhas. (Ramos, 1994:60)

Em um dos capítulos centrais da obra, *O soldado amarelo*, observa-se nitidamente a naturalização do autoritarismo imposto pelo Estado às classes sociais. Neste capítulo, tem-se o encontro de Fabiano com o soldado amarelo numa plantação, tempos depois de o soldado ter agredido e prendido o retirante na cadeia. Perdido na lavoura, o soldado cria coragem para pedir informação a Fabiano sobre o caminho que deve percorrer. Fabiano pensa em matá-lo, agredi-lo, mas por fim resolve indicar o caminho porque o soldado não era um homem, mas sim “coisa mais grave, uma autoridade”:

Fabiano pregou nele os olhos ensangüentados, meteu o facão na bainha. Podia matá-lo com as unhas. Lembrou-se da surra que levara e da noite passada na cadeia. Sim senhor. Aquilo ganhava dinheiro para maltratar as criaturas inofensivas. Estava certo? O rosto de Fabiano contraía-se, medonho, mais feio que um focinho. Hem? Estava certo? Bulir com as pessoas que não fazem mal a ninguém. Por quê? Sufocava-se, as rugas da testa aprofundavam-se, os pequenos olhos azuis abriam-se demais, numa interrogação dolorosa. (Ramos, 1994:101)

A “interrogação dolorosa” de Fabiano esbarra na sua impotência diante de uma autoridade. Não tendo muitas alternativas para livrar-se da ação do soldado, o retirante, por fim, conclui que

apanhar do governo não é desfeita (...) Por que motivo o governo aproveita gente assim? Só se ele tinha receio de empregar tipos direitos. Aquela cambada só servia para morder as pessoas inofensivas. Ele, Fabiano, seria tão ruim se andasse fardado? Iria pisar os pés dos trabalhadores e dar pancada neles? Não iria. (Ramos, 1994:105)

Por fim, como Fabiano não se insere naquele grupo da “cambada”, que “só servia para morder as pessoas inofensivas”, decide indicar o caminho de volta ao soldado:

Afastou-se, inquieto. Vendo-o acanhado e ordeiro, o soldado

ganhou coragem, avançou, pisou firme, perguntou o caminho. E Fabiano tirou o chapéu de couro.

— *Governo é governo.*

Tirou o chapéu de couro, curvou-se e ensinou o caminho ao soldado amarelo. (Ramos, 1994:107)

Este episódio “metaforiza uma opção fundamental do herói pela legalidade” (Schollhammer, 2000:240), comprovando que o retirante, apesar de ser fisicamente mais forte que o soldado, mostra obediência à autoridade e, além disso, revela-se um homem com posturas “legalizadas”, diferentemente das atitudes do soldado.

Pode-se ainda reconhecer que as ações de Fabiano e as do soldado amarelo não representam situações atípicas, mas, pelo contrário, pode-se afirmar que Fabiano e o soldado são exemplos típicos de micropoderes que sustentam e fortalecem os ideais autoritários do Estado, o que é comprovado, especificamente, no capítulo *O soldado amarelo*. Neste sentido, Segatto, comentando este capítulo do romance, destaca que

A reação de Fabiano – um simples vaqueiro retirante, brutalizado pelas relações sociais injustas e perversas – diante do poder arbitrário não revela apenas um caso particular e isolado, mas uma manifestação típica da realidade histórico-concreta brasileira. O indivíduo amedrontado e indefeso, sentindo-se acuado diante do Estado – qualquer “soldadinho” quando investido de autoridade, usa e abusa do poder, achando-se no direito de prender e bater, reprimir e oprimir. Sujeito a essas condições hostis, impostas historicamente, parte substancial das classes e camadas dominadas, inclusive incorporou em seu imaginário um sentimento de impotência ante os desatinos dos donos do poder. (1999:204-5)

As “condições hostis, impostas historicamente” a que Segatto se refere podem ser entendidas com as restrições à mobilização das massas, o menor investimento em todas as esferas da vida social, a supressão da democracia representativa e a ênfase dada à hierarquia, características do regime autoritário, destacadas por Fausto (2001). Esta estrutura não permite que indivíduos situados na base

hierárquica social, como o personagem Fabiano, tenham condições para subverter a opressão imposta pelo regime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Graciliano Ramos se mantém atualizada num contexto do século XXI, uma vez que o drama vivido pela família de retirantes nordestinos é um exemplo da realidade social enfrentada por centenas de famílias brasileiras. Ao retratar características de nossa formação social, **Vidas Secas** apresenta, o que, para Badên (1999), marca a estrutura social do país: censura, autoritarismo e controle ideológico do Estado, os quais são existentes desde o processo de colonização do Brasil.

Pinheiro, também nesta perspectiva, assinala que o Brasil, apesar das transições políticas e dos discursos “democráticos”, mantém o autoritarismo que acaba sendo reproduzido em “micropráticas do poder”: “Nos países de tradição autoritária como o Brasil – sem ruptura com o antigo regime –, a aparente pacificação das transições políticas, a partir de traços benevolentes do final da ditadura e da euforia da transição, mascara as verdadeiras limitações, reproduzidas historicamente e agravadas, da democratização e da organização do poder.” (1991:47)

O sociólogo também destaca que “as práticas autoritárias não são afetadas pelas mudanças institucionais, nem pelas eleições livres e competitivas.” (Pinheiro, 1991:46), o que comprova a atualidade dos fatos narrados na obra. Isto é, as práticas autoritárias e repressoras independem do momento histórico-político, uma vez que são interiorizadas e socialmente implantadas nas relações sociais.

Ainda quanto ao sistema autoritário e repressor do sistema governamental brasileiro, cabe ressaltar o ponto de vista de Segatto. O autor alerta que o aparelho repressivo do Estado não serve somente para o controle ideológico e para a manutenção absoluta da ordem social, mas também para a preservação das desigualdades sociais:

Em todos os momentos e acontecimentos agudos e cruciais (...), a classe dominante sempre procurou rearticular e reorganizar as formas de dominação política e acumulação de capital para fazer frente aos crescentes

antagonismos e contradições sociais que se acumulavam, como também para impedir que as classes subalternas subvertessem a ordem vigente e, ainda, para truncar sua participação no processo político. (Segatto, 1999:208)

Foucault ressalta que as massas reconhecem os objetivos e os ideais do governo, mas não conseguem expressar sua opinião repulsiva a esses ideais porque “existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade.” (1979:71) Dessa forma, a massa torna-se uma peça de valor “comercial” que difunde e reforça os ideais do sistema opressor e autoritário. Como os interesses da massa não correspondem aos interesses da elite social que governa o país desde sua descoberta, a massa é manipulada de diversas formas para atender aos interesses do Estado, pois: as mudanças econômicas do século XVIII tornaram necessário fazer circular os efeitos do poder, por canais cada vez mais sutis, chegando até os próprios indivíduos, seus corpos, seus gestos, cada um de seus desempenhos cotidianos. Que o poder, mesmo tendo uma multiplicidade de homens a gerir, seja tão eficaz quanto se ele se exercesse sobre um só.” (Foucault, 1975:75)

Agindo dessa forma e estruturando a sociedade com o estabelecimento de macro e micropoderes que circulam os efeitos de poder e autoritarismo pela sociedade, “o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, sinha Vitória e os dois meninos.” (Ramos, 1994:126)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADEN, Nancy. We were born censored: the dubious legacy. In: __. **The muffled cries. The writer and literature in authoritarian Brazil, 1964-1985.** Lanham: University Press of America, 1999.
- CANDIDO, Antonio. A verdade da repressão. **Opinião.** Nº 11, 1972.
- FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. **Revista USP.** Nº 9. São Paulo: Ed. USP, 1991.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas.** Rio/São Paulo: Record: 1994.

SEGATTO, José Antonio. Cidadania e ficção. In: SEGATTO, José Antonio & BALDAN, Ude. **Sociedade e literatura no Brasil.** São Paulo: Unesp, 1999.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. Os cenários urbanos da violência na literatura brasileira. In: PEREIRA, Carlos Alberto et alii (org). **Linguagens da violência.** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SCHWARTZMANN, Simon. (org). **Estado Novo, um autorretrato.** Brasília: Ed. UNB, 1983.

NOTA

é Aluna do sétimo semestre do Curso de Letras, bolsista FIPE-UFSM do Projeto Integrado Literatura e Autoritarismo, coordenado pela Profª. Drª. Rosani ketzer Umbach e pelo Prof. Dr. Jaime Ginzburg.